

4.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 21.02.2018

Ponto 2.3 - Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., Proposta de Aprovação do Plano de Internalização da sua Atividade no Município de Odivelas e Nomeação do Liquidatário

Declaração Voto

O ponto que hoje vem a discussão nesta Câmara liga-se a um assunto de acentuada polémica entre as diversas forças políticas aqui presentes. Se existem assuntos em que se verifica uma certa convergência dos nossos pontos de vista, o caso da PPP é seguramente um daqueles pontos que sempre separou a CDU do PS e do PSD, partidos estes que em conjunto aprovaram essa parceria contra a qual sempre, e coerentemente nos batemos.

É certo que o que hoje vamos aqui deliberar é exatamente a e extinção dessa parceria com a concernente internalização de serviços, extinção essa ditada pela intervenção coerciva da IGF, sem a qual tudo nos leva a crer não estaríamos agora com este ponto para deliberação. Dizemos isto porque no início do mandato anterior ao questionarmos a então Presidente da CMO, Dra. Susana Amador nos foi perentoriamente respondido que não estava no horizonte da Maioria de então promover qualquer renegociação. Dizia então a Sra. Presidente que neste ponto nunca iríamos convergir. O tempo, contudo, encarregou-se de provar que outras realidades se impõem e que na vida, como na política, muitas coisas se podem alterar.

Convém portanto recordar aqui e agora os principais motivos que nos levaram a opor com determinação à formação da PPP que acabou por conduzir à formação da Odivelas Viva. **Como demonstraremos não é possível votar em consciência o presente ponto em discussão sem visitar o historial da PPP.**

Para a compreensão do processo, devem ser analisados principalmente três aspetos:

O **primeiro** relativo ao lançamento do concurso para encontrar o parceiro privado com o qual a CMO formou a Odivelas Viva;

O **segundo** ligado à adjudicação ao Pavilhão Multiusos e da Escola dos Apréstimos e à sua manutenção;

O **terceiro** que aborda o modo como a CMO assumiu as suas responsabilidades na carta de conforto que então apresentou à instituição financeira bem como das rendas que assumiu e que visavam pagar integralmente todo o equipamento e a própria manutenção do mesmo.

5
Numa parceria a repartição de riscos deve ser clara e com toda a sinceridade nunca conseguimos vislumbrar qual a parcela de risco que o parceiro privado assumia.

No concurso referido apareceu um só concorrente o qual apresentou duas propostas. Tratava-se do consórcio liderado pela MRG. Desta feita os decisores da CMO ficaram sem propostas comparativas o que do ponto de vista da gestão deveria sempre levantar sérias preocupações.

O que se podia verificar, comparando as estimativas dos técnicos municipais para aqueles dois equipamentos com os valores do único concorrente era um diferencial significativo, demasiado elevado para poder ser o resultado de uma má avaliação dos técnicos ao serviço do Município.

Vem inteiramente a propósito hoje revisitar esses números:

Escola dos Apréstimos

Valores estimados pelos técnicos municipais:

- Construção..... 2 186 028 €
- Espaços exteriores..... 829 282 €
- TOTAL..... 3 015 130 €

Valores de adjudicação ao Grupo MRG

- Construção..... 3 968 854 €
- Espaços exteriores..... 2 389 615 €
- TOTAL..... 6 358 469 €

Diferencial na construção : 1 782 826 €

Diferencial nos espaços exteriores 1 560 333 €

Diferencial total 3 343 154 €

Sublinhe-se o seguinte: a escola foi adjudicada por um valor 2,1 vezes superior ao estimado pelos técnicos e os espaços exteriores foram

adjudicados por cerca de três vezes o valor estimado superando o seu custo o valor previsto para a construção pelos técnicos.

Pavilhão Multiusos

- Valor estimado pelo Gab. de arquitetura (ano 2000) 4 720 128
€

- Valor estimado pelos técnicos municipais 7 479 509
€

Supomos que não existindo novas alterações o valor estimado pelos técnicos teve em conta a atualização de preços no mercado.

Finalmente:

- Valor de adjudicação ao Grupo MRG: 12 009 777 €

Diferencial total: 4 530 268 €

Note-se ainda que se aprovou a proposta B do concorrente, proposta essa que era uma versão reduzida da proposta A, por um valor superior ao estimado para esta última. Trocaram-se estacionamentos em pisos - 1 e -2 por estacionamentos em espaços exteriores o que nos parece que deveria conduzir a uma diminuição de custos de construção.

O valor da adjudicação ao Grupo MRG foi 1,6 vezes superior ao estimado.

Fazendo um balanço para os dois equipamentos pode constatar-se que existe um valor superior ao estimado pelos técnicos de praticamente 8 milhões de euros. É um valor notável que não pode passar despercebido!

A Consultora BDO não deixou de chamar a atenção para a discrepância em causa e no seu relatório vem afirmar, e passo a transcrever:

"...em ambas as propostas o investimento em construção é muito superior ao estimado pela CMO...caso o valor estimado seja razoável e comparável, significa que o concorrente está a garantir a sua margem de lucro através do valor estimado...na construção, dado que na exploração a margem é mínima!" fim de citação.

Numa Assembleia Municipal Extraordinária, no mandato passado afirmei e volto a fazê-lo agora que dava a sensação que por mais concretos e diversos que fossem os alertas dados, nada fazia parar a vontade de avançar com a PPP.

Os dados apontavam, tendo em conta o plano de pagamentos, um investimento nulo do grupo privado que seria pago mês a mês e que

no final dos doze meses da construção teria nos seus cofres o valor de 18,3 M €. Daqui se inferia que de facto, e tendo em conta o empolamento de preços, o Grupo MRG não deveria numa futura renegociação ser credor de qualquer indemnização. O empolamento de preços chega e sobeja para contemplar eventuais omissões ou erros de projeto bem como alguns eventuais trabalhos adicionais.

Foi nestes pressupostos que apontámos a necessidade absoluta de renegociação da PPP, a qual desde o início tínhamos apontado como um negócio ruinoso para o Município.

Importa ainda lembrar a questão do chamado “comparador público”. No caso do Pavilhão parece que, dadas as características, talvez fosse difícil encontrá-lo, restando uma busca por outros equipamentos similares existentes no País.

Contudo no caso da escola dos Apréstimos, um possível “comparador público” estava aqui bem perto e aliás executado também pelo Grupo MRG no âmbito do QREN. Trata-se da escola EB1/JI do Porto Pinheiro adjudicada por 2,5 M€. De notar que segundo informação que nos foi prestada, esta escola não teve quaisquer trabalhos adicionais e foi entregue “*de chave na mão*”.

As respostas que nos foram sendo dadas afirmavam a não comparabilidade dos projetos. Nomeadamente destacavam-se as movimentações de terras, a execução de muros de suporte e os sistemas de AVACS não contemplados no projeto inicial. Supõe-se desta feita que os trabalhos referentes a essas três componentes estão devidamente contemplados no valor de adjudicação da escola pelo valor de 6,3M€.

Como entender agora novos adicionais que em grande medida são aqueles que justificaram na altura os diferenciais de custos?

Uma outra justificação apontava para os elevados custos de manutenção.

Tivemos também ocasião de fazer estimativas sobre o assunto.

De acordo com os anteriores planos de pagamento que nos foram fornecidos, o valor total a pagar pela Odivelas Viva à instituição financeira rondaria os 38 M€.

O valor total a pagar pela CMO à Odivelas Viva rondaria os 63 M€. O diferencial situava-se portanto em cerca de 25 M€.

Retiremos a este valor os valores apresentados no plano de negócios referentes TOC, ROC, OUTROS FSE, Ordenado ilíquido, TSU EMPRESA,

SEGUROS, IMI, IMPOSTOS, valores esses que somariam cerca de 2,6 M€.

Fica-se com um remanescente de cerca de 20 M€, de que uma parte significativa podia ser utilizada pelo privado para a manutenção dos equipamentos.

Estamos em crer que se pode igualmente concluir que os valores estimados para os custos de manutenção e conservação foram igualmente empolados, sendo forçoso concluir que neste processo o privado não assume riscos de nenhuma ordem. Isso é aliás refletido pelo ofício da IGF.

O fim da PPP bem como a internalização dos serviços é pois o corolário lógico de um caminho que nunca devia ter sido percorrido. Mas esse fim representa também uma derrota política para as forças que decidiram em conjunto a formação desta parceria.

Fazendo as contas, conclui-se que com esta nova modalidade os danos financeiros para o Município são reduzidos em cerca de 9,3 M€.

Mas conclui-se também que o Grupo MRG vai arrecadar, para além dos 18,3 M€ mais 1,8 M€, totalizando 20,1 M€.

Em todo este processo parece haver um descontrole sobre os custos. Se fossem exatos os valores apresentados pelo grupo MRG, seria forçoso concluir que estávamos perante uma estimativa grosseiramente inaceitável dos técnicos do Município. Não sendo assim, e apesar de algumas alterações aos projetos (sublinho a palavra projetos) temos que concluir que existe um empolamento de preços por parte da MRG.

Assim sendo, vemos com apreensão os valores de adicionais negociados, que atingem 1,8 M€. Na realidade a parte mais significativa desses adicionais reporta-se exatamente aos trabalhos que já tinham justificado a enorme disparidade entre as estimativas e os valores de adjudicação.

Nós sempre nos opusemos à PPP, sempre defendemos o seu fim com a consequente a internalização dos serviços, contudo igualmente referimos que em nosso entender nesta renegociação não deveria haver lugar a mais adicionais.

Em conclusão: lamentamos a existência dos presentes adicionais que nos impedem de em consciência votarmos favoravelmente no ponto agora em apreço. Iremos abster-nos tendo em conta que o resultado desta extinção, renegociação e internalização são um factor

importante de limitação dos danos causados ao município pela Parceria Público-Privada.

Odivelas, 21 de Fevereiro de 2018

Os Vereadores da CDU

